

Uma crise de transição: deslocamentos de força na economia mundial*

DIETER BORIS**

STEFAN SCHMALZ***

Lula em Pequim

Em 20 de maio de 2009, após um encontro com o presidente chinês Hu Jintao, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva anunciava a intenção de parar de realizar o comércio exterior entre os dois países em dólar e passar a fazê-lo, em um futuro próximo, com base nas moedas dos dois Estados (*China Daily*, 20.5.2009). Até aquele momento essa declaração assinalava o ponto-alto de uma parceria estratégica existente desde a primeira visita de Lula à China, em 2004. Atualmente já existem, entre outras coisas, acordos comerciais setoriais comuns, uma cooperação na área de alta tecnologia – como a construção dos satélites CBERS 2-B – e um programa de crédito de 10 bilhões de dólares para a exploração das bacias de petróleo na costa brasileira. O comércio bilateral setuplicou no período de 2002 a 2007; e, em abril de 2009, a China tirou os Estados Unidos da posição de maior parceiro comercial do Brasil (*Le Monde*, 9.5.2009). Assim, o encontro entre os chefes de Estado deu-se em um momento histórico: os Estados Unidos detinham tal posição desde 1930, quando tiraram o primeiro lugar da Grã-Bretanha.

Mas, para o governo chinês, as relações comerciais e financeiras ainda mais intensas com o Brasil representam apenas um passo a mais em direção a uma ativa

* Publicado originalmente na revista alemã *Prokla – Zeitschrift für kritische Sozialwissenschaft*, Heft 157, 39. Jg., 2009, n.4. Tradução de Luciano C. Martorano.

** Professor emérito de Sociologia da Universidade de Marburg, Alemanha.

*** Professor assistente de Sociologia da Universidade Friedrich Schiller de Jena, Alemanha.

política financeira externa global. Nos últimos anos, a China já tinha se estabelecido como uma nova nação credora no continente africano (Campbell, 2008, p.100). No contexto da crise econômica mundial, a República Popular começou a desempenhar esse papel também em outras regiões do mundo. A partir do terceiro trimestre de 2008, o país usava a sua poderosa reserva de divisas para conceder crédito envolvendo mais de 650 bilhões de *yuan*s (cerca de 95 bilhões de dólares) a diferentes países com problemas de pagamento, tais como Argentina, Indonésia, Coreia do Sul, Hong Kong, Malásia e Bielorrússia. Além disso, o presidente do Banco Central da China, Zhou Xiaochuan, elaborou um projeto próprio para um sistema monetário mundial que deve estar atrelado a uma reserva comum de divisas em matéria-prima (FAZ, 28.03.2009).

Esses acontecimentos indicam uma profunda mudança na economia mundial, na qual a crise financeira desempenha um papel particular. Ela age como um catalisador, deslocando forças em escala global. Os estados do Bric – especialmente a China – reivindicam mais direito de voto em instituições como o FMI e o G-20, e constituem fóruns próprios. O dólar norte-americano pode enfraquecer enquanto reserva monetária global. Por outro lado, a crise é expressão de contradições de longo prazo, formadas no quadro da “*mudança global*” (Dicken, 2007). Exatamente a simbiose dos modos de acumulação e consumo entre os Estados Unidos e a China – os Estados Unidos como devedores “*consumidor de última instância*”¹ de um lado, e a China como bancada produtiva do mundo de outro – retardou inicialmente a eclosão da crise, mas em seguida contribuiu, paradoxalmente, para o seu agravamento.

A seguir será analisada a dimensão espacial da crise econômica mundial. Inicialmente, ela será interpretada enquanto “*Switching crisis*”, ou seja, como sendo a passagem de uma configuração espacial da acumulação do capital para um novo ordenamento. Depois, serão examinados os deslocamentos de poder de longo prazo na economia mundial e a formação de desigualdades globais. Por fim, serão analisadas as estratégias regionais de enfrentamento da crise e, com isso, os estímulos de uma emancipação econômica e política de diferentes áreas mundiais em relação ao Ocidente – sobretudo no leste da Ásia, na Índia e na América do Sul. A tese deste artigo é que a fase de transição poderia ser acompanhada por uma nova cartografia global do poder, da qual serão discutidos diferentes cenários possíveis.

Aproximações teóricas

David Harvey (2009) chamou a atenção para o fato de que a interpretação costumeira da crise como um colapso do mercado financeiro capitalista é muito limitada. A ela se liga outra dimensão que não aparece à primeira vista. A crise envolve também a crise de uma ordenação espacial específica da acumulação global do capital. O “centro de gravitação do desenvolvimento capitalista” desloca-se,

1 NT: Em inglês no original alemão: “consumer of last resort”.

desde os anos 1960, para a Ásia, invertendo assim “a longa e contínua extração de riqueza do Leste, Sudeste e Sul da Ásia para a Europa e a América do Norte, que existia desde o século XVIII” (Harvey, 2009, p.3). Entretanto, tais deslocamentos, como o que ocorreu da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, sempre existiram na história do capitalismo.

Harvey desenvolve aí um argumento de Giovanni Arrighi (1982, p.71s). Foi ele quem mostrou que as grandes crises de acumulação do capital manifestam-se historicamente, na maioria das vezes, também como crises (financeiras) de uma estrutura específica do mercado mundial (Arrighi, 2000). Segundo ele, forças hegemônicas podem exercer a função de articular capacidades materiais, administrativas e militares, colocando-as à disposição de uma proposta global de governança (Arrighi; Silver, 1999a, p.26-s). Elas dispõem das posições-chave na acumulação do capital em escala mundial e, na maioria das vezes, de grande poder militar. Historicamente, essa função desloca-se paulatinamente das cidades-Estado para as nações até as economias continentais, ou seja, de Gênova e Espanha para Holanda e Grã-Bretanha, chegando depois aos Estados Unidos. A contínua expansão do sistema capitalista mundial sempre foi acompanhada de blocos cada vez mais poderosos de organizações governamentais e empresariais, de “*spatial fixes*” (Harvey, 2003, p.109), sempre maiores e mais complexas.

Um primeiro momento de crise dessa configuração, segundo a tese de Arrighi, manifesta-se sob a forma de uma enorme expansão do setor financeiro, no qual se disputa capital líquido e por meio do qual o poder hegemônico pode acumular, a curto prazo, novas fontes de poder no setor financeiro. Mas essa constelação a longo prazo retira do Estado hegemônico a sua base de apoio. O inchaço do setor financeiro e a negligência de uma região são acompanhados pelo surgimento de novos centros produtivos em outras regiões, até que a estrutura do mercado mundial finalmente desemboque em uma violenta crise econômica. A observação de Schumpeter (2005, p.139) de que velhas estruturas são destruídas por inovações que cedem lugar a outras, dando origem a uma “destruição criadora”, pode ser aplicada ao mercado mundial. Por meio de uma “*switching crisis*” (Harvey, 1999, p.428), uma velha configuração da acumulação de capital é substituída por uma nova. Essa mudança profunda reflete-se, porém, frequentemente, de maneira desigual no plano institucional, bem como no poder de dispor dos diferentes recursos de força. Mesmo que na constelação atual admita-se uma erosão do bloco imperial de organizações governamentais e empresariais sob a direção norte-americana, que seria acelerada massivamente pela crise financeira e econômica, os Estados Unidos continuam dispendo, por exemplo, do predomínio militar, o que esboça uma bipartição global de poder militar e financeiro entre os Estados Unidos e o Leste da Ásia (Arrighi et al, 1999, p.95-s). Além disso, o papel do dólar norte-americano e de governança global, como o FMI e o Banco Mundial, e também os padrões técnicos existentes desde a Segunda Guerra Mundial, operam no sentido de fortalecer e difundir o poder norte-americano por meio de regras de jogo que

lhes são favoráveis (Panitch; Gindin, 2008, p.37-s). Mas também as transições hegemônicas anteriores caracterizaram-se por modificações graduais: o dólar norte-americano somente substituiu a libra esterlina enquanto moeda mundial cerca de cinquenta anos depois de a capacidade econômica norte-americana ter ultrapassado a da Grã-Bretanha (Arrighi, 2008, p.256-s).

Deslocamentos de poder na economia mundial

Também o deslocamento das relações de forças econômicas mundiais deu-se, a partir da Segunda Guerra Mundial, majoritariamente, de forma contínua e gradual. Pontos de viragem marcantes foram acompanhados de rupturas críticas, que atingiam grupos isolados de países sempre de modo particular.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos criaram as características principais de uma nova ordem mundial que, no plano financeiro, baseou-se no rígido sistema cambial de Bretton Woods e contribuiu para a “época de ouro” do capitalismo fordista (Arrighi, 2000, p.372; Marglin; Schor, 1991). No interior do fordismo – da era da produção e do consumo padronizado de massa –, ocorria uma primeira fase de deslocamento de forças. De um lado, os tradicionais Estados do centro recuperavam-se rapidamente das consequências da guerra e cresciam essencialmente de forma mais rápida que os Estados Unidos (Maddison, 2006, p.187, 217). Por outro lado, por meio da descolonização, aumentou a influência política da periferia, o que limitava adicionalmente a hegemonia norte-americana. Também o sistema de Bretton Woods oscilava. Os altos custos da guerra do Vietnã e o enfraquecimento da posição norte-americana no comércio exterior prejudicavam a manutenção da garantia de troca de ouro por dólar. O fato de que a classe capitalista europeia não queria mais continuar aceitando de forma ilimitada a supremacia dos Estados Unidos assinalou o abandono norte-americano do sistema de Bretton Woods, com a passagem para um câmbio monetário flexível. Por fim, juntamente com o choque do preço do petróleo em 1973/74 estava posta a base para uma nova expansão dos mercados financeiros.

O bloco de poder norte-americano, paradoxalmente, pode utilizar esse “sinal de crise” de sua própria hegemonia (Arrighi et al, 1999, p.88) para reorganizar a sua base de poder na economia mundial. O governo dos Estados Unidos começou a jogar politicamente com o papel mundial do dólar norte-americano e o grande significado financeiro de Wall Street. O “regime do dólar de Wall Street” (Gowan, 1999) possibilitava a direção e o aproveitamento de processos econômicos mundiais apoiando-se em instrumentos como os juros básicos. Assim, a crise da dívida de 1982, entre outras coisas, também foi a consequência direta de uma política de juros altos do chefe do Banco Central norte-americano, Paul Volcker (1979-87). Ela foi responsável pela profunda crise dos Estados latino-americanos e africanos nas duas décadas seguintes. Ao mesmo tempo, a economia norte-americana crescia, mesmo que de maneira quase insignificante, mais rapidamente que a economia mundial (Dicken, 2007, p.41).

Entretanto, o período de uma segunda fase do deslocamento de forças teve características diferentes. A “nova divisão internacional do trabalho”, que já se esboçava nos anos 1960, era acompanhada por uma considerável transferência da criação de valor para a semiperiferia. Sobretudo o Leste da Ásia aproveitava-se do acesso ao mercado de exportação para os Estados Unidos. O setor industrial de primeira geração dos “tigres asiáticos” (Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan) expandia-se temporariamente a uma taxa de crescimento de dois dígitos (Dicken, 2007, p.44). Seguiu-se uma segunda geração de países com essas características, especialmente a Indonésia, a Malásia e a Tailândia. Mas a economia chinesa crescia impetuosamente a uma taxa de 9,8% anuais, e isso desde 1978, quando se abriu para o exterior. Desse modo, a rasante ascensão do leste asiático prosseguia depois que se esgotou a dinâmica de crescimento no Japão no final da década de 1990. Além disso, diferentes Estados membros da Opec, como Kuwait, Arábia-Saudita ou Dubai, aproveitaram-se dos elevados preços do petróleo e tornavam-se exportadores de capital, fazendo que a periferia se diferenciasse cada vez mais da semiperiferia.²

Uma terceira fase do deslocamento de forças ocorre finalmente depois das crises financeiras no leste da Ásia e na América Latina, entre 1997-99 e 2001-02. Ela pode ser vista, desde a virada do século, em diferentes indicadores – como, por exemplo, na parte do PIB mundial referente à produção industrial mundial; nos investimentos diretos e no aumento do comércio exterior. Nesse espaço de tempo, observa-se nos países em desenvolvimento um impetuoso crescimento do PIB, de 6,6%, o qual ultrapassa bastante o dos países industrializados, de 2,5% (Goldberg, 2007, p.8-s). Também a Índia, com fábricas de alta tecnologia, passou a fazer parte das economias em rápido crescimento, atingindo há mais de uma década o índice de 7% ao ano. Até a crise, exportadores de matéria-prima como a Rússia ou a África subsaariana podiam aproveitar-se da necessidade de ter fontes de recursos na Ásia.

Como resultado das mudanças ocorridas desde a Segunda Guerra Mundial, registra-se a ascensão de regiões do leste da Ásia e de cerca de uma dúzia de importantes Estados da semiperiferia. Somente entre 1980 e 2007, a participação do G7 na produção mundial caiu de 55,1% para 39,5%, ao passo que a participação da Ásia corresponde a 28% (Goldberg, 2007). Ao lado dos Estados do leste asiático

2 Os termos “periferia” e “semiperiferia” proveem do aparato conceitual das análises do sistema-mundo que foram desenvolvidas por Immanuel Wallerstein e outros. Essa teoria parte da ideia de que a economia mundial está articulada entre zonas hierárquicas. Enquanto o centro (União Europeia, Japão e Estados Unidos) é a sede dos mais significativos agrupamentos industriais e tecnológicos – produzindo principalmente bens de capital e bens de consumo duráveis (por exemplo, carros, computadores etc.), a periferia (África, Ásia Central, América Central etc.), normalmente, gera apenas matéria-prima, produtos agrários e mercadorias simples, ao passo que os bens de capital caros são importados. A semiperiferia (Brasil, Rússia etc.) assume um papel intermediário entre ambas as zonas: ela é dependente da importação de alta tecnologia do centro, mas elabora produtos industriais que também são vendidos na periferia – geralmente em troca de bens primários.

da primeira geração, estabeleceram-se firmemente na economia mundial os países do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) e os Estados da Opec (Kaufmann, 2008, p.33-s), além de países como a Indonésia, o México, a Argentina e o Vietnã. Esses Estados caracterizam-se por possuir grande contingente populacional e/ou reservas de recursos específicos, e adotaram uma coerente estratégia de desenvolvimento (veja sobre isso, por exemplo, Kohli, 2004).³ O ganho em termos de força econômica por parte de alguns países da semiperiféria, porém, raramente influencia um grande número de Estados periféricos. Os seus indicadores econômicos e sociais estagnam-se ou retrocedem. Nesse sentido, o deslocamento das relações de força dá-se sobretudo no andar superior ou médio da economia mundial.

Entretanto, é preciso registrar outro fato. O conjunto das modificações relevantes envolvendo o PIB mundial não ocorreu de maneira paralela entre produção, comércio, investimento, e tampouco entre finanças, progresso técnico e gastos militares. O crescimento do número de patentes ou dos gastos em pesquisa e desenvolvimento não pode, por exemplo, ser demonstrado pelas taxas ascendentes dos gastos militares. Assim, apesar de mudanças relevantes no plano da produção entre o polo dual Estados Unidos/União Europeia e os Estados do Bric, não houve inicialmente modificações análogas nessas áreas.

Desequilíbrio global e crise

Tal modo de análise “multidimensional” dos deslocamentos de força mundiais esbarra também no fenômeno das desigualdades econômicas. O conceito de “desequilíbrio global” na economia mundial diz respeito à constelação de excedente ou de déficit relativamente duradouros (estruturais) entre países ou grupos de países, mas que a longo prazo podem não revelar muita consistência quando se considera que profundas modificações sociais e econômicas ocorrem no transcorrer da criação e transformação de desequilíbrios (Boris, 2009a, p.88-s).

Esses desequilíbrios globais manifestaram-se desde os finais da década de 1990 entre os Estados Unidos e, em dimensão menor, a Grã-Bretanha, como países deficitários por um lado; e, por outro lado, Japão, Alemanha e, sobretudo, China, bem como numerosos países emergentes como países superavitários (Husson, 2009, p.22-s; Wolf, 2008, p.78). O peso dos últimos aumentou de tal maneira desde a virada do século que “o balanço de pagamentos somado dos países do norte do globo (ou seja, o que era antes o primeiro mundo, incluindo o Japão) mostra, desde a crise asiática de 1997/98, um déficit crescente – principalmente em razão do déficit norte-americano –, que corresponde a um aumento de excedente na balança de pagamentos do resto do mundo, ou seja, o segundo e o terceiro mundos de antes” (Arrighi, 2008, p.242). Em 2006, o superávit dos países semiperiféricos chegou a 544 bilhões de dólares norte-americanos (Wolf, 2008, p.82).

³ Países como a Nigéria ou o Paquistão, apesar de possuírem uma grande população e fontes de matéria-prima, não se incluem nesse grupo de Estados semiperiféricos.

Os desequilíbrios nos mercados globais de bens e serviços defrontam-se com desproporções correspondentes no plano monetário-financeiro. Eles se manifestam sob a forma de fluxos de capital dos países da semiperiferia para os do centro, a fim de equilibrar essas “desproporções” e possibilitar a sua continuidade. No período de 2000 a 2006, 42 dos 113 países em desenvolvimento foram exportadores de capital (Unctad, 2008, p.52-s). Os fluxos de capitais podem ocorrer com a compra de empréstimos do Estado ou de partes de empresas, sob a forma de pacotes de ações. Assim, a China passou a ser o maior credor do maior devedor (Estados Unidos); embora este último seja um dos países mais ricos do mundo e a China – apesar de todo o seu processo de recuperação – continue sendo um país em que grande parte da população vive na miséria. Essa “constelação perversa” (Wolf, 2008, p.4) é, entre outras coisas, o resultado do acúmulo de reservas de divisas no leste asiático e na América Latina, em razão das experiências com as crises da moeda e das finanças desde finais dos anos 1990 (Schmalz, 2008, p.265-s). Dessa maneira, procura-se defender a própria moeda frente a retiradas bruscas de capital e dos ataques especulativos que as acompanham geralmente (EZB, 2009a, p.79-s).

Além disso, esse “desequilíbrio” no sistema mundial, no qual o capital – contra todas as teorias econômicas – flui “para cima”, resulta da boa e longa conjuntura em termos de matéria-prima e dos problemas de absorção na semiperiferia, isto é, diante da sua impossibilidade de investir plenamente esses recursos no curto prazo ou em gastos de consumo. No ponto alto da crise econômica mundial atual, as reservas em divisas de países emergentes na Ásia, África e América Latina (incluindo o petróleo de países exportadores da periferia) foram avaliadas em cerca de 7 trilhões de dólares (*The Economist*, 11.10.08). Mais de dois terços das reservas em divisas foram acumulados somente após a crise da Ásia. Os fundos foram invertidos parcialmente em empréstimos estatais de países desenvolvidos ou em empréstimos de empresa (Kaufmann, 2008, p.20-s). Apenas os Estados Unidos absorveram, até julho de 2009, cerca de 3,4 trilhões de dólares desses empréstimos estatais, dos quais o governo chinês dispõe de ações no valor de 800 bilhões de dólares (*US – Department of the Treasury*, 2009).

No entanto, continuam a existir diferenças na distribuição mundial da riqueza, de valores, de direitos de acesso e de possibilidades. Aqui, o ponto de partida é a existência, nas mãos de poucos capitalistas, de poderosos excedentes de capital em busca de investimentos. Ela é consequência da reforçada polarização de renda e riqueza pelo modelo político neoliberal (Schumann; Grefe, 2009, p.84-s). Os processos de polarização, que ocorrem em plano nacional e internacional, foram prerequisite para a descoberta de novas formas de aplicação e de garantias. Essas inovações do mundo financeiro também contribuem para absorver a poupança dos países emergentes (Brender; Pisani, 2009, p.59-s). A política do Banco Central da China, inclusive, voltou-se explicitamente para o atendimento da exigência dessa transferência.

A simbiose resultante daí – especialmente entre a economia norte-americana e a chinesa – foi tida, na primeira década do novo século, como garantia de uma constelação de crescimento vantajosa para o conjunto da economia mundial. Os Estados Unidos podiam elevar ainda mais os seus gastos militares, adotar reduções tributárias, empreender uma política de juros baixos para o agrado dos consumidores e dos investidores, bem como compensar os salários em estagnação e comparativamente baixos por meio da importação de bens de consumo baratos, créditos fáceis e imóveis a bom preço (Schmidt, 2008). A quota de poupança do conjunto da economia do país em 2006 chegava a apenas 14%; a do orçamento foi, nesse intervalo, inclusive negativa, e um terço de todos os investimentos foram financiados a partir do exterior (Wolf, 2008, p.69).

A economia nacional chinesa, ao contrário, em razão de uma incrível taxa de poupança de até 59% do PIB e do afluxo de capital estrangeiro atingindo uma taxa de investimento de quase 50% do PIB, podia obter ao mesmo tempo elevados excedentes de exportação, acumular poderosas reservas de divisas de mais de 2 trilhões de dólares e, ainda, melhorar visivelmente o bem-estar de sua população urbana. Nessa “divisão de trabalho” – aqui a bancada produtiva do mundo, lá “*consumidor de última instância*” –, não parecia haver nada de escandaloso. Mas a maioria dos economistas do *Mainstream*, e também analistas críticos, subestimaram o poder explosivo dessa simbiose assimétrica (Goldberg, 2007, p.11s; Panitch; Gindin, 2008, p.42).

Seguramente, a crise atual não foi provocada de forma direta por uma tentativa de corrigir esses desequilíbrios globais. Até agora, não houve nenhuma redução massiva pelos credores dos países semiperiféricos de seu engajamento em ações, empréstimos ou créditos nos Estados Unidos. Mas quando a crise começou – com o estouro da bolha de crédito e a queda dos preços de imóveis –, a credibilidade do governo norte-americano foi sendo questionada crescentemente também pelos credores externos, e a ameaça de tal redução fez-se presente. Hoje se debate muito sobre o porquê de muitos governos dos países emergentes – sobretudo o chinês – continuarem a aplicar parte de suas divisas nos empréstimos estatais norte-americanos, em vez de fortalecer o seu próprio mercado interno. Isso acontece mesmo com a estagnação da economia norte-americana e a possibilidade de que o modelo de endividamento financiado externamente balance no médio prazo (ver Tabela 1).⁴

4 Provavelmente, o motivo deva ser buscado, tal como antes, no extraordinário papel político-militar dos Estados Unidos, mas também na ponderação de que uma massiva retirada de ações estatais provocaria perdas no caso de venda imediata. Além disso, até agora não existe no leste da Ásia uma praça financeira em condições de concorrer com Wall Street, pois os seus mercados financeiros são ainda bastante fragmentados e o da China é fortemente regulamentado. A linha oscilante na estratégia econômica exterior chinesa mostra-se no fato de que a República Popular comprou periodicamente empréstimos estatais norte-americanos, mas não sustentou essa política de forma duradoura.

Tabela 1: Principais credores dos Estados Unidos (em bilhões de dólares)

	Jan 2008	Julho 2008	Jan 2009	Julho 2009	Julho 2009(2) ⁵	Jan 2010(2)
China	492,6	550	739,6	800,5	939,9	889
Japão	586,9	637,6	634,8	724,5	720,9	765,4
Opec	140,9	162,9	186,6	189,2	209,9	218,4
Grã-Bretanha	161,9	66,1	123,9	220	94,5	206
Brasil	141,7	154,8	133,5	138,1	146,8	169,1
Hong Kong	54,4	65,2	71,7	115,3	111,1	146,6
Centros bancários caribenhos	108,1	117,6	176,6	193,2	137,9	143,5
Rússia	35,2	104	119,6	118	141,3	124,4
Taiwan	38,9	67,9	73,3	77,4	114,4	119,9
Total	2403,8	2624	3072,2	3428	3502,6	3706,1

Fonte: Departamento do Tesouro Norte-americano 2009, 2010

Nota: As somas se referem ao conjunto dos credores dos Estados Unidos, alguns dos quais estão relacionados na tabela.

Aqui, a pergunta central é se os investimentos massivos em empréstimos estatais norte-americanos de baixo e instável retorno podem se legitimar duradouramente.

Na realidade, é importante entender qual é o grau de desequilíbrio da economia chinesa hoje: em 2007, o consumo individual correspondia a precisamente 35% do PIB [...]. Enquanto a China investia 11% de seu PIB em aplicações de baixa rentabilidade. Além disso, é preciso lembrar da miséria em que vivem centenas de milhões de chineses, e que essa transferência de recursos para o exterior corresponderia a cerca de um terço do conjunto do consumo individual (*Le Monde*, 29.09.09).

E as poderosas somas que foram transferidas via setor financeiro para os Estados Unidos, apoiando não apenas o consumo norte-americano, mas também fazendo que as instituições financeiras norte-americanas se endividassem ainda mais, assumindo um risco ainda maior (Brender; Pisani, 2009, p.64).

Os crescentes desequilíbrios globais contribuíram, dessa forma, para encobrir temporariamente os momentos de crise. A venda de mercadorias chinesas exportadas para os Estados Unidos retornava como crédito em dólar para o Banco Central da China, que novamente o usava para a compra de debêntures norte-americanos. Indiretamente, elas apoiavam a política de juros baixos, ampliavam a base de créditos dos consumidores norte-americanos e contribuía, assim, para a bolha imobiliária desse país (Roth, 2009, p.206). Os desequilíbrios fortaleceram ainda mais as desproporções existentes entre a economia real e o sistema de crédito ou financeiro, forçando o aprofundamento da crise e tornando-se “claramente um de seus [fatores] mais decisivos” (*Financial Times Deutschland*, 25.09.09).

5 Em junho de 2009 o sistema de cálculo da dívida externa norte-americana foi modificado. Os dados correspondentes a esse novo sistema estão assinalados na primeira linha com (2) depois do ano indicado.

Efeitos da crise e programas conjunturais

Também os efeitos da crise em cada país estão relacionados com o deslocamento de forças. Diferentemente das crises financeiras e monetárias anteriores, o epicentro da crise atual localiza-se claramente nos Estados Unidos, e, em seguida, na Europa e no Japão. Naturalmente, também o Sul do globo terrestre foi atingido pela crise, porém de maneira bastante diferente. Depois da primeira onda de choque dos anos 2008 e 2009, que parecia conduzir a economia mundial a uma longa recessão, a partir do segundo trimestre de 2009 surgem desenvolvimentos e efeitos bastante diferentes, bem como os programas anticrise.

Tabela 2: Taxas de crescimento de algumas economias (em %) comparadas com o trimestre do ano anterior

	3. Trimestre 2008	4. Trimestre 2008	1. Trimestre 2009	2. Trimestre 2009	2009	Previsão 2010
EUA	-2,7	-5,4	-6,4	-1,0	-2,5	2,7
Japão	-3,9	-13,1	-11,7	3,7	-5,3	1,7
Alemanha	-1,3	-9,4	-13,4	1,3	-4,8	1,5
França	-0,9	-5,6	-5,3	1,3	-2,3	1,4
Inglaterra	-2,9	-7,0	-9,3	-3,2	-4,8	1,3
Brasil	5,6	-13,8	-3,3	7,0	-0,4	4,7
México	-2,3	-9,8	-21,2	-4,4	-6,8	4
China	9	6,8	6,1	7,9	8,7	10
Índia	7,6	5,3	5,8	6,1	5,6	7,7
Asean-5	k.A.	k.A.	k.A.	k.A.	1,3	4,7

Fontes: IMF 2010, IMF 2009; El Mercurio, 21/08/09; www.stats.gov.cn/english/; www.mospi.gov.in/

Os Estados Unidos, com uma queda de 6% na taxa de crescimento no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, comparativamente, foram fortemente atingidos. O desemprego atingiu a marca de mais de 10% no final de outubro de 2009. Aproximadamente 100 bancos faliram, entre eles também um peso-pesado: o Washington Mutual. Por meio dos consideráveis programas de conjuntura e de ajuda – 787 bilhões de dólares para alavancar a conjuntura; 700 bilhões para um “*bailout*” bancário, incluindo a aquisição de “*ativos tóxicos*” – além da política radical de juros baixos, a queda ainda não chegou ao seu limite. E claro que os gastos de consumo se reduziam em face de uma situação social agravada para partes significativas da população (perda de emprego, redução salarial, queda do preço das ações etc.), a taxa de poupança subia levemente e, de igual modo, pela primeira vez, as importações baixavam mais fortemente que as exportações, reduzindo um pouco o déficit da balança comercial (EZB, 2009b, p.10-s). Ao contrário, o déficit orçamentário inclusive aumentou e chegou a 1,4

trilhão de dólares em 2009, correspondendo a quase 10% do PIB. Como cerca de 70% do PIB correspondem a gastos de consumo, é questionável se a queda continuada desse segmento pode ser compensada com gastos governamentais, investimentos privados ou exportações (*The Economist*, 3.10.09). Por isso, não surpreende o fato de que o PIB de 2009 tenha encolhido em torno de 2,5% e de que somente neste ano de 2010 possa haver alguma recuperação.

Também o Japão encontra-se em situação semelhantemente dramática. Mesmo que a segunda economia do mundo tenha se recuperado lentamente no segundo trimestre de 2009, o país foi de tal modo atingido pela quebra nas exportações que mesmo o enorme programa conjuntural de 75 bilhões de dólares pouco podia ajudar (Burgschweiger, 2009). A eleição de Yukio Hatoyama, em agosto de 2009, sua subsequente renúncia em junho de 2010 e o fim do domínio de quase 55 anos do partido LDP são sinais de uma reviravolta. A União Europeia foi incapaz de implementar uma política coordenada de conjuntura, de tal modo que os programas de combate a ela deram-se de maneira bastante diferenciada em cada um dos Estados (ver Becker; Jäger, 2009, p.551). Especialmente negativo foi o desempenho do Leste Europeu. Enquanto, a partir de meados de 2009, a queda do PIB na Europa tornava-se mais lenta e iniciava-se uma estagnação, havia casos nessa região (por exemplo, a Bulgária e os países bálticos) em que o declínio continuava. Ademais, a crise deixou claros os desequilíbrios existentes na zona do Euro, que se manifestaram, entre outras coisas, na ameaça de bancarrota do Estado grego, indicando a falta de uma coordenação macroeconômica entre os países do Euro.

Por outro lado, a partir do segundo trimestre, alguns países recuperavam-se rapidamente e pareciam iniciar uma nova dinâmica de crescimento. Isso porque esses Estados foram afetados pela queda de exportações “apenas” temporariamente, pelas “remessas” menores e pela baixa no preço de seus principais produtos de exportação. De modo geral, pode-se formular a seguinte regra: quanto menor é o peso do mercado interno, maior é o entrelaçamento com a economia externa, mais fortemente manifesta-se a concentração regional em alguns poucos produtos – tendo o Ocidente como principal consumidor –, e tanto maior é a dependência externa relacionada a créditos e ao endividamento – o que faz que tal economia seja mais fortemente atingida pela crise. Paralelamente, existe uma relação entre a intensidade da crise, a política econômica adotada e a dimensão dos programas anticrise. Isso pode ser visto, por exemplo, nos diferentes graus de intensidade da crise em alguns países da América Latina. O México e o Brasil – de longe, as maiores economias da região – foram atingidos pela crise atual de modo bastante diferente e também reagiram distintamente em sua política conjuntural. Enquanto o Brasil mostra uma baixa taxa de comércio exterior, suas ligações com os Estados Unidos são comparativamente pequenas e a sua pauta de exportação e de relações comerciais diversificou-se; no México ocorre o contrário. As reservas de divisas acumuladas pelo Brasil – de 230 bilhões de dólares – são quase três vezes maiores que as do México. E se a economia mexicana em 2009 diminuía

em 6,8%, enquanto a brasileira estagnava, o programa conjuntural do México, no valor de cerca de 3% de seu PIB, é bem menor que o do Brasil que, contando com o Programa de Aceleração do Crescimento aprovado em 2007, se aproximaria de 10% de seu PIB. Não é em vão que no Brasil, a partir do segundo semestre de 2009, muitos indicadores relevantes, como o crescimento da produção, o afluxo de capital externo ou o valor externo do real, novamente subiam, e que todos os postos de trabalho antes perdidos haviam sido recuperados já em setembro. O fato de que o México, em abril de 2009, teve de pedir ao FMI um empréstimo-ponte de 47 bilhões de dólares, enquanto o Brasil aprovava a concessão de crédito no valor de 10 bilhões de dólares ao mesmo Fundo, sublinha a diferença entre ambos (Boris, 2009b, p.139-s).

No entanto, em muitos países asiáticos emergentes o cenário existente deixa o desenvolvimento do Brasil ainda mais para trás: “nas economias emergentes da Ásia, a conjuntura econômica recupera-se desde o segundo semestre de 2009, e na maioria desses países observava-se novamente um trimestre positivo de crescimento do PIB. Amplos programas conjunturais e expansivas medidas de política monetária apoiavam as atividades de investimento nessa região” (EZB, 2009b, p.14). O governo chinês reagiu à crise com um programa de cerca de 585 bilhões de dólares. Desses, cerca de 265 bilhões iriam para a infraestrutura e cerca de 38% para gastos com a preservação ambiental (Garnreiter et al, 2009, p.32-s). Entretanto, ainda é questionável se uma adaptação da economia chinesa a uma maior demanda do mercado interno seria possível a curto prazo. Diante da situação envolvendo da renda das classes menos favorecidas (com um simultâneo aumento do desemprego) e da perda de receita da classe média, isso parece ser improvável. Também, dada a particularidade sociocultural desse país, com elevada taxa de poupança (em 2008 eram 56%!), uma rápida “mudança” parece igualmente improvável. Antecipando-se a esses problemas, o governo chinês anunciava, no início de 2009, a instituição de um abrangente seguro de saúde gratuito (que custaria cerca de 110 bilhões de dólares). Em relação aos desequilíbrios da economia internacional, pouco parece haver mudado até agora, mesmo sabendo que, pela primeira vez, o aumento em exportação tenha ficado atrás das importações. Apesar disso, em 2009 atingiu-se a taxa de crescimento anual de mais de 8% – o que na China vale como medida crítica na prevenção do desemprego.

Na Índia a situação inicial era menos favorável. O mercado de ações foi atingido com força total,⁶ ocorrendo ampla fuga de capital, acompanhada pelas quedas da indústria têxtil e da agricultura. A exportação, que havia contribuído bastante para o crescimento, teve uma baixa de 10% (2008); o déficit da balança comercial duplicou, chegando a 5,1% do PIB (Al-Taher; Ebenau, 2009, p.654). Na verdade, o programa de aquecimento da conjuntura, que corresponde a 2,6% do

⁶ “Em outubro (2008), o mercado de ações da Índia perdeu cerca de 1 trilhão de dólares, mais do que o conjunto do PIB indiano de 2007/2008.” (*Wildcat*, n.83, 2009, p.24.)

PIB, é pequeno. Tampouco se pode esperar uma mudança da orientação voltada para a exportação em favor do mercado interno, sem contar que alguns ramos da economia exportadora, como a indústria automobilística, superaram relativamente bem a crise (*Faz*, 21/09/09); e o crescimento do PIB em 2009 foi de 5,7%.

Partindo de um nível bem mais inferior, a África subsariana cresceu, em 2009, segundo dados do FMI, apenas 2,1%; ou seja, em muitos países africanos menos inclusive que a taxa de crescimento da população (IMF, 2010:2). Alguns países que se especializaram em matérias-primas com preços atualmente baixos no mercado mundial foram atingidos de maneira ainda mais grave. Promessas de ajuda e de concessão de crédito de países do G-8 agora serão mais difíceis. A África sofre com a crise mais do que qualquer outro continente (*Faz*, 15/09/09; Martens, 2009). E para os programas de incentivo da conjuntura faltam recursos e possibilidades de implementação.

Desse breve esboço, pode-se concluir que com a crise haverá um aceleração no deslocamento de pesos na economia mundial. Os países industriais capitalistas desenvolvidos – Estados Unidos, da Europa e o Japão – sofrerão uma redução de sua participação. Também os países menos desenvolvidos continuarão marginalizados em relação à intensidade do comércio exterior, as diretivas de investimentos e ao crescimento do PIB; enquanto uma parte da semiperiferia – apesar de retrocessos temporários –, continuará se aproximando dos países do centro. A crise também deixou marcas no setor bancário global: se em 1999 contavam-se, entre as 20 maiores do mundo, 11 instituições financeiras norte-americanas e 4 britânicas e nenhuma da semiperiferia, em 2009 haviam apenas três norte-americanas e uma britânica entre as vinte principais. Enquanto isso, três bancos chineses passaram a fazer parte desse grupo de elite, além de outras duas instituições chinesas e uma brasileira que subiram no *ranking* (*Financial Times*, 22.03.09).

Tal fênix das cinzas: o FMI, o G-20 e a cúpula financeira mundial

A crise tampouco passou despercebida pelos organismos internacionais ligados às finanças. Desde a crise da dívida, em 1982, o FMI, por exemplo, assumiu um papel ativo como um instrumento dos Estados credores e ordenou programas de ajuste estruturais para países devedores da América Latina, do leste europeu e também para alguns países do leste asiático. Depois, na sequência das crises financeiras e monetárias, a instituição deparou com um processo de deslegitimação crescente (Stiglitz, 2002). No contexto do *boom* de crescimento dos anos passados, diminuiu o pedido de empréstimo junto ao FMI, de tal modo que, em abril de 2007, apenas 11,1 bilhões de dólares haviam sido concedidos. O FMI encontrava-se então no “caminho da perda de significado” (Dieter, 2008, p.9). No leste da Ásia, com a iniciativa *Chiang Mai*, criou-se um fundo regional que já em 2007 dispunha do total de 83 bilhões de dólares (Dieter, 2008, p.10-s), apoiado na grande reserva de divisas da região – no final de 2008: mais de 4 trilhões em dólares norte-americanos (*FTD*, 12.11.09). Ademais, os notórios Estados

devedores da América do Sul, em grande medida, livraram-se do peso da dívida com o FMI (Helleiner; Momani, 2007, p.5). Teve início ainda o processo para a formação de um Banco do Sul (*Banco del Sur*), cujo documento inicial já foi assinado pelos países membros.⁷ Uma das consequências desses acontecimentos foi a perda pelo FMI, no ano fiscal de 2007, de cerca de 100 milhões de dólares, fazendo que os próprios custos operacionais ultrapasassem o ganho em juros, provocando a demissão de quase 20% dos seus funcionários. E, adicionalmente, empreendeu-se uma mínima reforma de direito de voto no FMI, reduzindo o peso dos países industrializados de 59,5% para 58%.

O G-7/G-8 também conheceu um processo semelhante de deslegitimação. Desde 1975, ele servia para a conexão dos aparelhos estatais das importantes nações industrializadas, visando estabilizar a economia mundial capitalista abalada por crises e reorganizar a hegemonia norte-americana (Schoppengerd, 2007, p.88). Essa rede estrutural foi sendo cada vez mais criticada nos últimos anos. O movimento crítico à globalização voltou-se contra o déficit democrático e a política do G-8. Além disso, aumentou a pressão pela ampliação do G-8, permitindo a inclusão dos países emergentes – especialmente a China (Linn; Bradford, 2006). Um ingresso parecia inicialmente improvável, mas depois concedeu-se o *status* de observador para Brasil, Índia, China e África do Sul.

Primeiro, a crise atuou no sentido de modificar e renovar essas instituições. A perda de importância do G-8 em benefício do G-20 e a reforma do FMI estavam intimamente ligadas. Logo depois, o FMI começou a agir em muitos casos como salvador da situação (Becker, 2009; *Die Welt*, 02.03.2009). Inicialmente, concedeu créditos de mais de 50 bilhões de dólares a países como Islândia, Hungria, Letônia, Bielorrússia e Paquistão. Seguiram-se outros acordos, entre eles o com os estados do leste europeu – como o do crédito de mais de 10 bilhões de dólares concedido à Romênia. Porém, é preciso observar que na concessão de crédito, países de determinadas regiões que antes eram dependentes do FMI – sobretudo no Leste Asiático, a Rússia e na América Latina –, conseguiam superar suas dificuldades por meios próprios ou pela ajuda bilateral.⁸

Essa regionalização da concessão de créditos foi acompanhada de uma reforma da instituição. Já em novembro de 2008 organizou-se em Washington um encontro de cúpula das finanças internacionais para se discutir medidas contra a crise. Mas o fórum para esse processo de negociação não foi mais o G-8, e sim o G-20, ou

7 Os membros fundadores do Banco são Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela; o Chile participa na condição de observador. O volume de crédito inicial é de 20 milhões de dólares.

8 A mídia pouco informou que o Banco Central norte-americano, em outubro de 2008, concedeu linhas de crédito (em troca de moeda local) de 30 bilhões de dólares a cada Banco Central do México, do Brasil, da Coreia do Sul e de Singapura (Dieter; Schipper, 2009, p.8). Essa medida foi necessária porque esses Estados dispunham de grande quantidade de empréstimos estatais norte-americanos.

seja, uma instituição na qual participam também importantes países da semiperiferia, como Índia, China, Brasil, Indonésia, África do Sul e Arábia Saudita.⁹ Como resultado do encontro, apresentou-se na declaração final a agenda para algumas reformas no mercado financeiro. Porém, as novas regras previstas não são muito abrangentes, isto é, não se trata de um segundo Bretton Woods (Helleiner; Pagliari, 2009). A única mudança substancial consiste na ampliação do grupo. No encontro seguinte, Londres, em abril de 2009, as primeiras resoluções foram aprovadas. Entre elas, a preparação de uma “lista negra” com os paraísos fiscais e uma mais forte supervisão dos fundos especulativos. Além disso, aprovou-se uma reforma do FMI: o seu volume de crédito foi aumentado para 750 bilhões de dólares. Além de uma nova linha de crédito de mais de 250 bilhões de dólares a título de Direitos de Saques Especiais (DSE), já que a concessão de crédito não está mais condicionada à adoção de medidas de ajustes estruturais. E o orçamento do Banco Mundial foi elevado para cerca de 100 bilhões de dólares. A decisão de estabelecer o G-20 como um fórum permanente tem um significado histórico, pois a China, a Índia e outros países em crescimento, “incontestavelmente ultrapassaram a barreira em direção ao centro do poder global” (Klein, 2009, p.4); isto é, no futuro, eles não poderão mais ser ignorados em decisões importantes da governança global. Essa impressão foi confirmada nos meses seguintes. Primeiro, os governos russo, chinês e brasileiro pela primeira vez compraram do FMI empréstimos de mais de 80 bilhões. No encontro de cúpula de Pittsburgh, em setembro de 2009, as mais importantes resoluções dos chefes de Estado referiam-se à reforma institucional: o direito de voto no FMI será transferido em 5% das nações industrializadas para os países em desenvolvimento até o ano de 2011, fazendo que eles disponham de 48% dos votos; e a China passa a ter a mesma quota de participação que a Grã-Bretanha. Ademais, o G-20 deverá se reunir no mínimo uma vez por ano. Ocorrem também iniciativas no sentido de modificar a orientação da política econômica do FMI, que se manifestam, entre outras coisas, em um abrandamento das metas inflacionárias extremamente baixas e em uma avaliação parcialmente positiva sobre o controle da circulação de capital.

Essa reforma de governança está ligada aos esforços do Hemisfério Sul por instituir fóruns próprios que questionem a primazia do Ocidente (Schmalz, 2008, p.274-s). Nos últimos anos foram criadas diversas instituições regionais – como a iniciativa *Chiang Mai* (2000) para a integração financeira, a Organização de

9 O G-20 conta com 19 estados principais, aos quais se somaram alguns outros países. “Entre os ‘autênticos’ estão os Estados Unidos, Argentina, Austrália, Brasil, China, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Canadá, México, Rússia, Arábia-Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Turquia. Em Pittsburgh estiveram presentes, além dos primeiros-ministros da Espanha e da Holanda, também o da Suécia (presidente do Conselho Europeu), representantes de Cingapura (o presidente da Apec), da Tailândia (pela Asean), e da Etiópia (Nepad). Representados estão também a ONU, o FMI, o Banco Mundial, o *Financial Stability Board*, a Comissão Europeia, a Comissão da União Africana, a OIT, a OCDE e a OMC.” (FAZ, 25.09.09).

Cooperação Shanghai (2001) para uma política comum de energia e segurança, e o Fórum de Cooperação brasileiro, indiano e sul-africano (IBSA, 2003). Em relação à política das cúpulas sobre as finanças, foi sobretudo o Bric-Grupo (2008) que impulsionou ativamente a reforma do FMI e a coordenação sobre a compra de seus empréstimos. Por outro lado, em face dos sinais de que o G-8, pelo menos em relação à política de segurança, continuará a desempenhar um papel de peso, pode-se deduzir que se vai delineando um sistema global de vários níveis. Desse modo, diante da estrutura transatlântica Otan/G-7 poder-se-ia estabelecer uma aliança de cooperação, e os conflitos seriam analisados em instituições como o G-20 na busca de um consenso. Assim, a crise acionou no plano institucional uma reorganização que reflete, em parte, os deslocamentos econômicos de força.

Um novo “spatial fix”?

Entre 2007 e 2009, a crise claramente acelerou o deslocamento de peso na economia mundial do “Ocidente” para o “Oriente” e do centro para a, até agora, semiperiferia. Parece confirmar-se atualmente a tese de Arrighi e Harvey de que a cada grave crise no desenvolvimento capitalista – precisamente, no decorrer de um “ciclo sistêmico de acumulação” –, ocorre uma transição de hegemonia, caracterizada por um reagrupamento regional-espacial. O colapso de importantes partes do sistema financeiro norte-americano enfraquece o regime do Wall Street-dólar, por meio do qual o predomínio norte-americano pode se assegurar nas últimas décadas (Gowan, 2009, p.38-s). A continuidade do consumo norte-americano financiado de fora parece possível a médio prazo apenas com concessões políticas, já que a legitimação do modelo chinês de *dumping* salarial voltado para a exportação apresenta problemas em razão da crescente agitação social. Uma desvalorização ou elevação do dólar poderia intimidar os credores estrangeiros e debilitá-lo no médio prazo enquanto moeda-chave.

A crise age como catalisador: enquanto os programas anticrise possuem, nos Estados Unidos e na Europa, em grande parte, um caráter defensivo e estabilizador, muitas medidas do governo chinês estão exatamente voltadas para frente. Entre elas a tentativa de elevar a quota de consumo no próprio país, ou a tendência da China, acentuada na crise, de explorar novas fontes de matéria-prima no mundo, ganhando mais influência – incluindo um crescente papel em empresas estrangeiras de alta tecnologia (FTD, 28.07.09). O crescimento chinês apresenta ainda uma diferença qualitativa em relação à dinâmica da Europa ocidental no pós-guerra. O processo é dirigido por uma classe estatal (capitalista) mais independente dos Estados Unidos. A China está subrepresentada nas instituições da governança global. E a economia do país, em razão mesmo do seu contingente populacional, dispõe de grande potencial de expansão.

Também no plano institucional ocorre uma primeira reviravolta. O antigo ordenamento da governança transatlântica pouco a pouco vai se inclinando para uma estrutura na qual a semiperiferia tem mais presença. O G-20 e a reforma do

FMI são os primeiros passos na direção dessa reestruturação. Porém, o que também ainda não está claro é se no médio prazo os países periféricos se aproveitarão de tais reformas. Diversas regiões do mundo, como a África subsaariana, a América Central e a Ásia Central, foram fortemente atingidas pela crise. Até agora, não foi oferecida nenhuma nova chance de participação institucional para os estados dessas regiões.

A configuração concreta da mudança será influenciada consideravelmente pelas decisões políticas e a correlação de forças. Três cenários podem ser vislumbrados:

- a) Pelo menos no curto prazo, podem surgir reações de conservação frente à crise econômica mundial e de questionamento do “modelo Chimérica”,¹⁰ tendo-se em conta que as estruturas de produção, de consumo e de classe não podem ser transformadas abruptamente (Hung Ho-Fung, 2009). Assim, seria possível pensar que os Estados Unidos persistiriam, inicialmente, no seu papel de devedores, tentando buscar alívio parcial em uma mínima desvalorização e/ou valorização do dólar à custa dos credores. No fim das contas, esse desenvolvimento poderia ser inicialmente tolerado, pois não há alternativa imediata para a estratégia de exportação e o papel de força na ordem mundial dos Estados Unidos.

Entretanto, a tolerância em face dos desequilíbrios não se apoia apenas nas decisões governamentais. Muito dependerá, por exemplo, do modo de reagir dos trabalhadores chineses, já que o “pressuposto decisivo para o funcionamento desse cadeia simbiótica foi [...] a superexploração das trabalhadoras e dos trabalhadores chineses” (Roth, 2009, p.2006). A consequência de uma política de conservação e de um habilidoso “*Decline-Management*” dos Estados Unidos poderia representar uma transição gradual para um regime multilateral – caracterizado por um exercício comum de hegemonia pelos Estados Unidos e pela China –, no qual, ao lado da contínua dominância militar e cultural norte-americana, teria um papel central a sintonia de ambos em relação às questões da economia mundial.

- b) Uma segunda possibilidade – após longo e duradouro processo de transição com estágios intermediários, e de um exercício de hegemonia comum e temporário dos Estados Unidos e da China – seria a sua dissolução, no médio prazo, por um novo “*spatial fix*” transnacional sob a direção do bloco do leste asiático envolvendo governos e empresas, no qual outros países em crescimento teriam certo direito de participação. Para a concretização desse cenário, terão peso sobretudo os conflitos internos na Ásia. Os fortes entrelaçamentos econômicos no espaço do leste asiático deveriam ser acompanhados por uma cooperação política. Nisso, a melhoria das relações entre o Japão e a China possui um papel central, além de uma cooperação entre as futuras grandes

10 O historiador norte-americano Niall Ferguson cunhou a expressão “Chimérica” para designar a natureza das relações simbióticas financeiras e comerciais entre os Estados Unidos e a China.

potências – Índia e China. A primeira declaração de intenções do quinto Fórum Pequim-Tóquio, em novembro de 2009, anunciando a vontade de constituir-se uma união asiática – a exemplo da União Europeia –, é mostra de uma disposição inicial e de uma nova consciência, para as quais também contribuiu a crise econômica mundial (*China Daily*, 3.11.09).

- c) Um terceiro cenário consistiria na aplicação, pelos Estados Unidos e seus aliados europeus, tanto de seu poder tecnológico e militar como de seu potencial econômico no sentido de provocar a ruína do mercado mundial pela formação de um bloco protecionista, levando a uma confrontação entre as potências do *status-quo* transatlântico e os desafiantes da semiperiferia. A decisão sobre tal cenário será tomada nos estados ocidentais, por meio de confrontações sociais e eleições. E inclusive se o “Projeto para um novo século americano”, do governo Bush, colocar-se novamente como apresentável sob a forma de um projeto transatlântico, a perda de poder econômico norte-americano e da União Europeia poderia, ao menos provisoriamente, ser contida. Mas isso poderia gerar graves consequências, como um revés econômico ainda maior, chegando mesmo a conflitos bélicos.

Até agora não se pode prever qual das tendências em desenvolvimento acabará por se impor. Mas o decorrer da crise atual indica preferencialmente uma maior ascensão do leste asiático, que favoreceria uma forma mista entre a primeira e a segunda variantes em desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- AL-TAHER, Hanna; EBENAU, Matthias, Phoenix und Asche. Indien und die Weltwirtschaftskrise. In: *Prokla. Zeitschrift für kritische Sozialwissenschaft*, 39, 4, S. 645-62, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. A Crisis of Hegemony. In: AMIN, Samir et al. (Org.): *Dynamics of Global Crisis*. New York/London: Monthly Review Press, S. 55-108, 1982.
- . Der globale Markt. Gemeinsamkeiten und Unterschiede Zwischen dem Anfang und dem Ende des 20. Jahrhunderts. In: *Journal für Entwicklungspolitik*, 16, 4, S. 359-91, 2000.
- . *Adam Smith in Beijing. Die Genealogie des 21. Jahrhunderts*. Hamburg: VSA, 2008.
- ; HUI, Po-keung; RAY, Krishnendu; REIFER, Thomas Ehrlich. Geopolitics and High Finance. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly (Orgs.), S. 37-96, 1999.
- ; SILVER, Beverly (Orgs.) *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1999a.
- ; ———. Introduction. In: *Dies*. (Org.), S. 1-36, 1999b.
- ; ———. Capitalism and World Dis(order). In: *Review of International Studies*, 27, S. 257-79, 2001.
- BECKER, Joachim. Osteuropa in der Finanzkrise: Ein neues Argentinien? In: *Blätter für deutsche und internationale Politik* (Org.): *Das Ende des Casino Kapitalismus? Globalisierung und Krise*. Berlin: Edition Blätter, S. 146-54, 2009.

- _____; JÄGER, Johannes. Die EU und die große Krise. In: *Prokla. Zeitschrift für kritische Sozialwissenschaft*, 39, 4, S. 541-58, 2009.
- BORIS, Dieter. Die Krise als Folge und Ausdruck Globaler Ungleichgewichte. In: *Z. Zeitschrift Marxistische Erneuerung*, 20, 2, S. 88-101, 2009a.
- _____. *Lateinamerikas Politische Ökonomie. Aufbruch aus historischen Abhängigkeiten im 21. Jahrhundert?* Hamburg: VSA, 2009b.
- BRENDER, Anton; PISANI, Florence. *Globalised Finance and its Collapse*, Brüssel: Dexia, 2009.
- BURGSCHWEIGER, Nadine. Japan in der Globalen Finanzkrise. *GIGA Focus*, n.3, Hamburg, 2009.
- CAMPBELL, Horace. China in Africa: Challenging US Global Hegemony. In: *Third World Quarterly*, 29, 1, S. 89-105, 2008.
- DICKEN, Peter. *Global Shift. Mapping the Changing Contours of the World Economy*, London et al: Sage, 2007.
- DIETER, Heribert. Der IWF auf dem Weg in die Bedeutungslosigkeit? In: *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 58, 7, S. 9-14, 2008.
- _____; SCHIPPER, Lena. Lücken in der Tagesordnung des Londoner G-20 Gipfels, *SWP aktuell* 16, März 2009. Berlin: SWP, 2009.
- EZB. Korrektur globaler Ungleichgewichte vor dem Hintergrund einer Zunehmenden Integration der Finanzmärkte. In: Dies: *Monatsbericht der EZB* (ago. 2007), S. 67-81, 2007.
- _____. Akkumulation von Auslandsvermögen durch öffentliche Stellen in Schwellenländern. In: Dies: *Monatsbericht der EZB* (jan. 2009), S. 79-92, 2009a.
- _____. Das außenwirtschaftliche Umfeld des Euro-Währungsgebiets. In: Dies: *Monatsbericht der EZB* (set. 2009), S. 9-19, 2009b.
- GARNREITER, Franz et al. Krise. Rezession. Absturz. Wege aus der Krise. *ISW Report*, n.76. München: ISW, 2009.
- GOLDBERG, Jörg. Aufschwung und Restrukturierung der Weltwirtschaft, In: *Z. Zeitschrift Marxistische Erneuerung*, 18, 3, S. 7-23, 2007.
- GOWAN, Peter. *The Global Gamble. Washington's Faustian Bid for World Dominance*. London/New York: Verso, 1999.
- _____. Causing the Credit Crunch: the Rise and Consequences of the New Wall Street System. In: *Journal für Entwicklungspolitik*, 25, 1, S. 18-43, 2009.
- HARVEY, David. *The Limits to Capital*. London/New York: Verso, 1999.
- _____. *The New Imperialism*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003.
- _____. Tektonische Verschiebungen in der Weltwirtschaft. Warum das US-Konjunkturprogramm zum Scheitern verurteilt ist. In: *Sand im Getriebe*, n. 74, S. 3-7, 2009.
- HELLEINER, Eric; PAGLIARI, Stefano. Towards a New Bretton Woods? The First G20 Leaders Summit and the Regulation of Global Finance. In: *New Political Economy*, 14, 2, S. 275-87, 2009.
- _____; MOMANI, Bessma. Slipping into Obscurity? Crisis and Reform at the IMF. *The Centre for International Governance Innovation, Working Paper*, n.16, fev. 2007.
- HUNG HO-FUNG. America's Head Servant? The PRC's Dilemma in the Global Crisis. In: *New Left Review*, 60, 6, S. 5-25, 2009.

- HUSSON, Michel. *Kapitalismus pur. Deregulierung, Finanzkrise und Weltweite Rezession. Eine marxistische Analyse*. Köln: ISP Verlag, 2009.
- IMF. World Economic Outlook. Sustaining the Recovery. Washington DC: IMF, 2009.
- . World Economic Outlook.Update. Jan. 26, 2010. Washington DC: IMF, 2010.
- KAUFMANN, Stephan. *Investoren als Invasoren. Staatsfonds und die neue Konkurrenz um die Macht auf dem Weltmarkt*. Berlin: Dietz, 2008.
- KLEIN, Martin. Die G-20 in London: Twitter-Gipfel oder historische Wende? In: *Wirtschaftsdienst* 4/2009, S. 214-5, 2009.
- KOHLI, Atul. *State-Directed Development. Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LINN, Johannes F.; BRADFORD, Colin I. Pragmatic Reform of Global Governance. Creating a L20 Summit Forum. *Policy Brief* n.152, Brookings Institution, Washington, D. C., 2006.
- MADDISON, Angus. *The World Economy. v.1: A Millennial Perspective*. Paris: OECD, 2006.
- MARGLIN, S.A.; SCHOR, J.S. *The Golden Age of Capitalism. Reinterpreting the Postwar Experience*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- MARTENS, Jens. Wie die Wirtschafts- und Finanzkrise in den Süden Transferiert Wird: Vor einem Globalen Entwicklungsnotstand? In: *Informationsbrief Weltwirtschaft & Entwicklung* (jun.), S. 1-3, 2009.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Finance and American Empire. In: PANITCH, Leo; KONINGS, Martijn (Orgs.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. New York: Routledge, S. 7-43, 2008.
- ROTH, Karl Heinz. *Die Globale Krise*. Hamburg: VSA, 2009.
- SCHMALZ, Stefan. Die Bedeutung der Zahl: Gedankenexperimente zur Rolle der BRIC-Staaten in der Weltwirtschaft. In: *Z. Zeitschrift Marxistische Erneuerung*, 17, 3, S. 21-36, 2006.
- . Umbrüche in der Weltwirtschaft: Aufstrebende Schwellenländer und der Niedergang von IWF und WTO. In: *Peripherie*, 28, 2, S. 259-79, 2008.
- SCHMIDT, Ingo. Kollektiver Imperialismus, Varianten des Neoliberalismus und neue Regionalmächte. In: Ders. (Org.): *Spielarten des Neoliberalismus*. Hamburg: VSA, 2008.
- SCHOPPENGERD, Stefan. Die G7/G8-Gipfel in der Internationalen Politischen Ökonomie. *Studie* n.24 der Forschungsgruppe Europäische Integration. Marburg: FEI, 2007.
- SCHUMANN, Harald; GREFE, Christiane. *Der globale Countdown. Gerechtigkeit oder Selbsterstörung – die Zukunft der Globalisierung*. Köln: Kiepenheuer&Witsch, 2009.
- SCHUMPETER, Joseph. *Kapitalismus, Sozialismus und Demokratie*, 8. Aufl. Tübingen/Basel: Francke, 2005.
- STIGLITZ, Joseph. *Die Schatten der Globalisierung*. Berlin: Siedler, 2002.
- UNCTAD. Trade and Development Report, 2008. Commodity Prices, Capital Flows and Financing of Investment. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/tdr2008_en.pdf, 2008.
- US-DEPARTMENT OF THE TREASURY. Major Foreign Holders of Treasury Securities. Disponível em: <http://www.treas.gov/tic/mfh.txt>, 2009.
- . Major Foreign Holders of Treasury Securities. Disponível em: <http://www.treas.gov/tic/mfh.txt>, 2010.
- WOLF, Martin. *Fixing Global Finance*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

O estatuto teórico da noção de dependência

JOÃO QUARTIM DE MORAES

Resumo: Na polêmica que FHC e F. Weffort travaram em 1970 a respeito da noção de “situação de dependência”, este criticou-a de modo superficial e abstrato, enquanto aquele esforçou-se por analisá-la concretamente, sem contudo chegar a vinculá-la ao desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo, nem distingui-la da situação colonial *stricto sensu*. Concebendo-se a dependência como unidade da independência jurídica e da dependência econômica, a dinâmica de seu desenvolvimento será determinada pela penetração do capital na esfera produtiva, seguida pela internacionalização do aparelho produtivo.

Palavras-chave: dependência, imperialismo, periodização, industrialização, classe, nação.

Abstract: In 1970, a controversy opposed Fernando Henrique Cardoso and Francisco Weffort concerning the “dependency situation”; whereas the latter’s argument was abstract and perfunctory, the former cared to elaborate a concrete analysis, despite the fact that he did not separate the “dependency situation” from the colonial situation *stricto sensu* or entail it to the development of capitalism and imperialism. When dependency is conceived as the amalgam of juridical independency and economic dependency, the dynamic of its development will be determined by the penetration of capital in the productive sphere followed by the internalization of the productive apparatus.

Keywords: dependency, imperialism, periodization, industrialization, class, nation.

Uma crise de transição: deslocamentos de força na economia mundial

DIETER BORIS E STEFAN SCHMALZ

Resumo: Após analisar a dimensão espacial da crise econômica mundial, os deslocamentos de poder de longo prazo na economia mundial e a formação de desigualdades globais, o artigo investiga as estratégias regionais de enfrentamento da crise. Nessa direção, busca conhecer os estímulos de uma emancipação econômica e política de diferentes áreas mundiais em relação ao Ocidente – sobretudo no leste da Ásia, na Índia e na América do sul. Tese central: a fase de transição poderia ser acompanhada por uma nova cartografia global do poder.

Palavras-chave: crise econômica, crise de hegemonia norte-americana, desenvolvimento econômico, áreas periféricas.

Abstract: After examining the spatial dimension of the global economic crisis, the long term power shifts in the global economy and the formation of global inequalities, this article investigates regional strategies for coping with this crisis. In this direction, this article seeks to understand the stimuli for an economic and political emancipation by different areas of the world in relation to the West – above all in East Asia, India and in South America. The central thesis of the text is that this transition phase could be accompanied by a new map of global power.

Keywords: economic crisis, North American hegemony crisis, economic development, peripheral areas.

Forças produtivas e relações de produção

GERALD A. COHEN

Resumo: Este artigo apresenta a interpretação do materialismo histórico oferecida em *Karl Marx's Theory of History* (KMTH). Por meio da definição – e relação – dos conceitos de forças produtivas e relações de produção, defende-se a tese de que as explicações funcionais são centrais no materialismo histórico. Discute-se também a ideia de que toda história é a história da luta de classes. Na sequência, é apresentado um interlúdio pessoal que justifica a redação de KMTH, bem como as consequências decorrentes da sua publicação. Por fim, o artigo confronta as ambiguidades decorrentes da ideia de que as relações de produção *entravam* as forças produtivas, propondo, assim, uma versão revisada das formulações centrais do materialismo histórico.

Palavras-chave: materialismo histórico, forças produtivas, relações de produção.

Abstract: This article presents the interpretation of historical materialism offered in *Karl Marx's Theory of History* (KMTH). Through the definition, and relation, of the concepts of productive forces and relations of production, this article defends the thesis that functional explanations are central to historical materialism. We also discuss the idea that all history is the history of class struggle. Furthermore, a personal interlude is presented that justifies the writing of KMTH, as well as the consequences of its publication. Finally, the article confronts the ambiguities arising from the idea that the relations of production hinder productive forces, proposing, therefore, a revised version of the central formulations of historical materialism.

Keywords: historical materialism, productive forces, relations of production.